

Justiça embarga novos prédios

JULIA TERAYAMA - 01/04/2009

Construção de empreendimento na Enseada do Suá foi barrada por decisão judicial, mas prefeitura recorreu

Wanessa Scardua

Após a Justiça Federal embargar a construção do empreendimento Water Front, na Enseada do Suá, a pedido do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a Prefeitura de Vitória entrou com recurso para retomar o processo de licenciamento do projeto.

O processo será encaminhado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no Rio de Janeiro.

O projeto do empreendimento prevê a construção de seis torres: duas com 28 andares e quatro com 30 pavimentos.

O Iphan argumenta que a prefeitura iniciou o processo de licenciamento sem ter seu parecer técnico, o que é preciso já que o projeto, segundo o órgão federal, compromete a visibilidade do Convento da Penha.

O secretário de Desenvolvimento da Cidade de Vitória, Kleber Frizzera, disse que a decisão judicial foi proferida sem que a prefeitura analisasse o projeto.

“Entendemos que temos o direito de analisar esse projeto, por isso, estamos recorrendo. O Iphan não tem nada a ver com isso, ele só tem de dar parecer, mas quem aprova ou não é a prefeitura”, explicou.

Na sentença, o juiz federal na titularidade da 3ª Vara Federal Cível de Vitória, Paulo Gonçalves de Oliveira Filho, pede que a análise do projeto no processo de licenciamento seja feita com base no atual Plano Diretor Urbano (PDU), de 2006, e não no de 1994.

O juiz pede, ainda, que a prefeitura receba a participação do Iphan na análise do projeto.

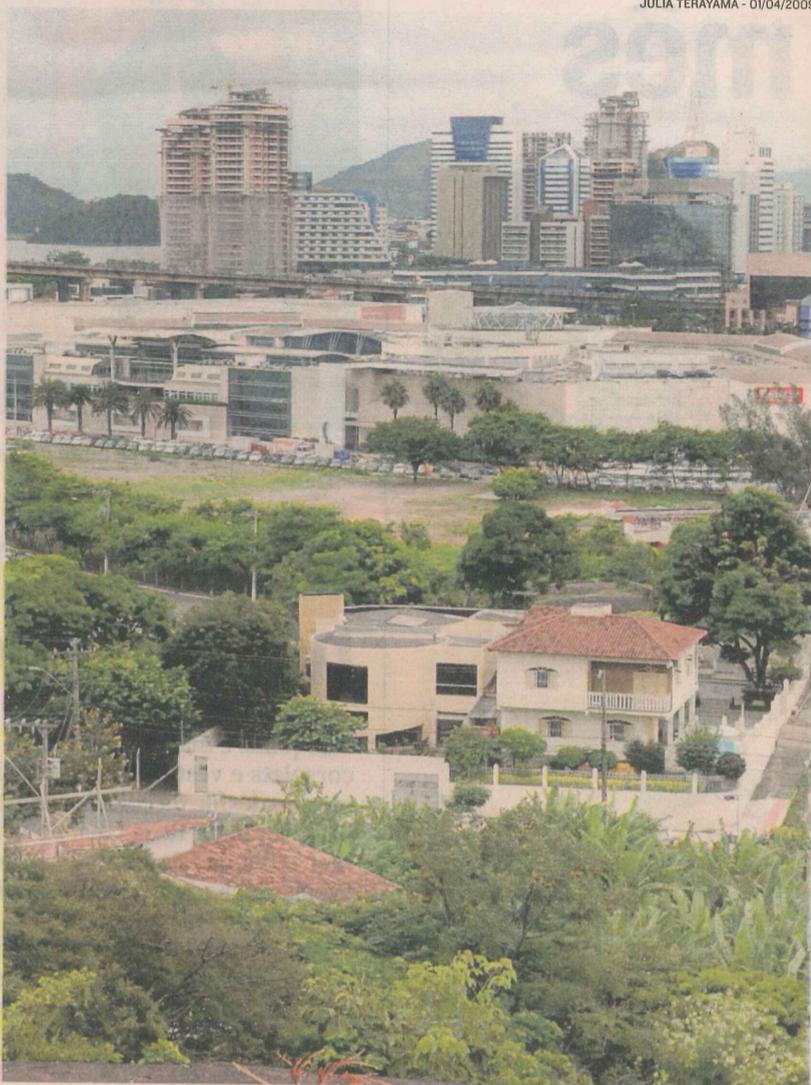
Segundo Frizzera, a prefeitura analisou o projeto com base no PDU antigo porque o pedido foi protocolado em 2006 na Sedec, quando não existia o PDU atual. Ele disse que o novo Plano Diretor é mais rígido com relação às zonas de construção do que o antigo.

A reportagem de **A Tribuna** procurou o Iphan, mas o órgão federal informou que quem o representa na Justiça é a Advocacia Geral da União (AGU).

A procuradora chefe da AGU, Nanci Aparecida Domingues Carvalho, informou que os promotores responsáveis pelo caso não estavam disponíveis para falar sobre o assunto ontem.

“O que sei é que ainda não recebemos oficialmente a intimação informando que a prefeitura recorreu da última decisão judicial.”

O grupo Buaiz, responsável pelo projeto Nova Cidade que prevê a construção do Water Front, não se pronunciou sobre o assunto. A assessoria de imprensa disse que o presidente do grupo, Américo Buaiz Filho, está viajando.



REGIÃO onde os prédios, de até 30 andares cada, seriam erguidos

ENTENDA O CASO

Edifícios de até 30 andares

PROJETO

> EM 2005, foi protocolado na prefeitura o projeto Nova Cidade, na Enseada do Suá, no terreno atrás do Shopping Vitória, com 13 edifícios de 19 andares.

MUDANÇA

> EM 2009, foi elaborado um novo projeto de seis torres, sendo duas com 28 andares e quatro com 30 pavimentos. O empreendimento se chamaria Water Front.

CONVENTO

> O INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado (Iphan) avaliou o projeto e deu parecer contrário à construção, porque os prédios provocariam um grande impacto urbano, além de comprometer a vista do Convento da Penha.

JUSTIÇA

> EM MAIO DE 2009, o Iphan entrou com mandado de segurança na Justiça Federal contra a Prefeitura de Vitória, pedindo a suspensão do processo de licenciamento do empreendimento.

PDU

> O JUIZ FEDERAL da 3ª Vara Federal Cível de Vitória, Paulo Gonçalves de

Oliveira Filho, acatou, em outubro de 2009, o pedido do Iphan, anulando a decisão do Conselho Municipal do PDU de Vitória que aprovou a análise do projeto arquitetônico do Water Front se baseando no antigo Plano Diretor Urbano (PDU) de 1994.

> EM MARÇO deste ano, o juiz reforçou a decisão e enfatizou que a prefeitura analise o projeto do empreendimento imobiliário com base no PDU atual (2006), que prevê mais restrições para construções na área.

RECURSO

> A PREFEITURA recorreu da decisão judicial, com recurso de apelação protocolado no último dia 20.

> O IPHAN teria 10 dias para recorrer da decisão e, como não o fez, o processo será remetido ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região no Rio de Janeiro, para o julgamento do recurso, em segunda instância.

PARECER

> O SECRETÁRIO de Desenvolvimento da Cidade e presidente do Conselho Municipal do PDU, Kleber Frizzera, disse que a prefeitura deve observar o parecer técnico do Iphan sobre o Water Front, mas destacou que não tem obrigação de acatar o parecer.

Passeio Ciclístico Verde e Amarelo

Vitória pela sustentabilidade.



Dia 13 de junho, domingo, 9 horas.

Venha se exercitar por uma boa causa e traga toda a sua família. Além de muita conscientização e saúde, vai ter sorteio de bicicleta, distribuição de mudas e atividades de lazer. Participe e pedale por um futuro melhor.

Inscrições: até 13 de junho.
Parque Pedra da Cebola - 3327.4298
Parque Moscoso - 3381.6819
Parque Botânico - 3333.6200
Armazém Bicletas - 3225.8659

Saídas: Parque Moscoso / Parque Pedra da Cebola / Portaria principal Vale.
Concentração a partir das 8 horas, com alongamento.

Chegada: estacionamento da Praça da Ciência.

Informações: 3382.6584

Realização:



Apoio:

